

PODER

Ministro é mais uma vez acusado de assédio

Em relato feito ao Conselho Nacional de Justiça, uma segunda mulher afirmou que Marco Buzzi, do STJ, a importunou sexualmente. Defesa critica vazamento

» IAGO MAC CORD

O Conselho Nacional de Justiça recebeu, ontem, uma segunda denúncia de assédio sexual contra o ministro Marco Buzzi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A nova acusação foi, supostamente, apresentada por uma ex-servidora do gabinete do magistrado. Por narrar “fatos análogos àqueles objeto de procedimento em curso”, isso levou o corregedor de Justiça, Mauro Campbell Marques, a abrir nova reclamação disciplinar contra o ministro.

Em função desta segunda denúncia de assédio, os advogados de defesa de Buzzi divulgaram nota afirmando que ele não cometeu “ato impróprio” e criticaram o vazamento de informações sobre o caso. Tanto a primeira quanto esta outra denúncia estão sob sigilo, “medida indispensável para preservar a intimidade e integridade das pessoas envolvidas e para a adequada condução das investigações”, observa o CNJ.

Porém, para os advogados de Buzzi, “o vazamento antecipado de informações não checadas, alheias aos canais institucionais e antes mesmo do acesso da defesa aos autos, revela um esforço deliberado de constranger o devido processo legal e influenciar indevidamente futuras decisões judiciais”. Afirmam, ainda, que “a oitiva realizada sem a presença da parte reclamada fere frontalmente o artigo 62 do Estatuto Interno do Conselho Nacional de Justiça, o que compromete a própria regularidade do procedimento”.

“Não há, portanto, qualquer base jurídica ou factual que permita manifestações responsáveis sobre fatos ainda indefinidos — muito

Carlos Vieira/CB/D.A.Press



Nova acusação contra Buzzi se soma à da jovem que disse ter sido assediada numa praia de Balneário Camboriú

menos julgamentos públicos antecipados”, frisam os advogados do magistrado.

Primeiramente, o ministro foi acusado de assediar uma jovem de 18 anos que passava férias na casa dele com a família, em Balneário Camboriú (SC). Segundo relatou a moça ao CNJ, em 9 de janeiro o magistrado a teria agarrado durante um banho de mar. Ela afirmou que se desvencilhou e contou o episódio aos pais, que, em seguida, deixaram a casa de Buzzi. Ao chegarem em São Paulo, registraram a ocorrência.

Em função do inquérito policial, uma comissão de sindicância foi criada no STJ para apurar a veracidade da acusação feita pela jovem. A ministra Izabel Galotti, chamada

a participar do colegiado que analisa a situação de Buzzi, declinou do convite alegando ter uma relação pessoal com a família do acusado. Foi substituída por Francisco Falcão, que se une aos magistrados Antônio Carlos Ferreira e Raul Araújo na análise do caso.

Ação no STF

Além disso, uma representação contra Buzzi foi aberta no Supremo Tribunal Federal (STF) — foro indicado para processar e julgar integrantes de cortes superiores —, cuja relatoria é do ministro Kássio Nunes Marques.

O mais provável é que a nova denúncia de assédio contra Buzzi

também seja investigada no STJ. A sindicância na Corte e os processos no CNJ têm caráter administrativo e podem resultar na aposentadoria compulsória.

Buzzi entregou um atestado médico ao presidente do STJ, Herman Benjamin, na quinta-feira passada, dia seguinte à abertura da sindicância. O ministro teria se sentido mal e foi internado no hospital DF Star, em Brasília, com dores no tórax. O atestado tem 10 dias de duração, mas pode ser renovado. Nos bastidores do tribunal, o comentário é que são grandes as possibilidades de que o ministro seja afastado das atividades enquanto a investigação interna estiver em andamento.

INVESTIGAÇÃO

CPMI patina com duas ausências

» ALÍCIA BERNARDES

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que apura irregularidades no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) começou a semana com duas derrotas e com os trabalhos novamente empacados. O senador Carlos Viana (Pode-mos-MG), presidente do colegiado, teve de suspender a sessão de ontem porque dois depoentes apresentarem atestados médicos e alegarem a impossibilidade de comparecer.

O empresário Paulo Camisotti encaminhou o documento na última hora — antes o deputado estadual do Maranhão Edson Araújo (PSB) já avisara quenão prestaria esclarecimentos — e a sessão foi suspensa. O parlamentar apresentou recomendações médicas que desaconselhavam a vinda a Brasília devido a uma cirurgia recente.

Porém, segundo a Junta Médica do Senado, o deputado tem condições clínicas de prestar depoimento, mas concordou que ele permanecesse em recuperação e evitasse viagens. Edson Araújo é investigado pela Polícia Federal (PF) na Operação Sem Desconto, que apura um esquema de irregularidades envolvendo deduções indevidas nos benefícios de aposentados e pensionistas do INSS. Não há nova data do depoimento.

Já Paulo Camisotti, filho e sócio do empresário Maurício Camisotti, está amparado por um habeas corpus concedido pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, que lhe dá direito a se calar diante da comissão de inquérito.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



O fim da escala 6 x 1, a economia do afeto e a reeleição de Lula

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou, ontem, o envio da Proposta de Emenda da Constituição (PEC) que põe fim à escala 6 x 1 para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Admitida a constitucionalidade, será formada uma comissão especial para ouvir economistas, empregados e patrões para se chegar a uma mudança “com equilíbrio e responsabilidade”.

“O mundo avançou, principalmente na área tecnológica, e o Brasil não pode ficar para trás”, disse Motta, que aglutinou os projetos da deputada Erika Hilton (PSol-SP), que acaba com a escala 6 x 1, e um texto apresentado pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), sobre o mesmo assunto. A redução da jornada de trabalho é música aos ouvidos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que aposta na “economia do afeto” para se reeleger.

Lula se beneficia dos programas de transferência de renda, como Bolsa Família e Vale Gás, e dos aumentos de salário real, da queda da taxa de emprego e da isenção do pagamento de Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil. O fim da jornada de 6 x 1 possibilitará a mobilização dos trabalhadores via sindicatos, depois do fracasso do governo ao discutir propostas de regulamentação do trabalho por aplicativos, que enfrentou forte rejeição dos interessados. De certa forma, essa redução será associada à ampliação da possibilidade de trabalho via aplicativos e, também, de empreendedorismo, com o aumento das horas vagas.

No Brasil, a questão do trabalho tem um sentido especial. Muitas vezes foi tratada como caso de polícia. A escravidão, com sua violência estrutural, impregnou a estrutura social de tal forma que as relações de trabalho se mantiveram como conflito, mesmo depois da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a grande herança da Era Vargas. Daí decorre o desrespeito, os assédios sexual e moral, a redução dos direitos sociais, o trabalho sem carteira assinada e as jornadas excessivas sem pagamento das respectivas horas extras, as diferenças salariais entre homens e mulheres e em relação aos negros e pardos.

Não passamos pela construção de uma “ética do trabalho”. Max Weber, em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (Companhia das Letras), destaca o trabalho árduo, racional e disciplinado como “vocação”, impulsionado pela ética calvinista, que transformou o acúmulo de riqueza fruto do trabalho em sinal de salvação.

Aqui, trabalho árduo, racional e disciplinado veio acompanhado dos grillhões e, depois, acompanhado, na maioria das vezes, de uma péssima remuneração. O trabalho intelectual é tão desvalorizado quanto o manual. A categoria dos professores, cujo trabalho é considerado “vocação”, é um bom exemplo. Como o “chão de fábrica” como locus do trabalho produtivo é cada vez mais minoritário, o fim da jornada 6 x 1 beneficiará diretamente os trabalhadores desses e de outros setores que ainda são obrigados a marcar o relógio de ponto.

Tendência mundial

A iniciativa nasceu do Movimento Vida Além do Trabalho (VAT), que ganhou força nas redes e somou 1,5 milhão de assinaturas em um abaixo-assinado que pede à Câmara dos Deputados a revisão da escala 6 x 1. A proposta de Erika Hilton prevê estabelecer que a jornada de trabalho normal não poderá ser superior a oito horas diárias; não poderá ultrapassar 36 horas semanais; e será de quatro dias por semana.

Segundo o texto, as mudanças entrariam em vigor depois de 360 dias da eventual promulgação da PEC. De acordo com a legislação vigente, a jornada-padrão é de oito horas diárias, somando 44 horas semanais, e um dia de folga por semana, preferencialmente aos domingos. Se o trabalhador ultrapassar essa jornada, a CLT garante que receba adicional de 50% sobre a hora extra (e 100% em domingos e feriados, se aplicável).

Nada impede uma empresa no Brasil que encurte a jornada de trabalho para apenas quatro dias por semana. Mas uma mudança geral exigiria emenda constitucional aprovada pelo Congresso, onde a correlação de forças é desfavorável à mudança dessa ordem. O governo e partidos da base de Lula já disseram ser favoráveis a uma redução, mas dificilmente a jornada de 4 x 3 será aprovada. O mais provável é que se aprove a jornada 5 x 2, que já ocorre em muitos setores — ou 4,5 x 3,5 se houver um avanço maior.

A gradativa redução da jornada de trabalho nasceu nos Estados Unidos. Em meados do século XIX, trabalhar mais de 70 horas por semana era comum. Eram jornadas de 12 horas, seis dias por semana. Em 1926, a Ford Motor Company, sob a liderança de Henry Ford, instituiu uma semana de trabalho de oito horas por dia e cinco dias por semana.

Hoje, o Brasil ocupa a 29ª posição no ranking global (OCDE), de carga horária, com uma jornada padrão de oito horas diárias e 44 horas semanais. Entre os países com as menores jornadas de trabalho estão a Alemanha, com uma carga média de 26,3 horas semanais; a Dinamarca, 27,3 horas; a Noruega, 27,5 horas; a França, 30 horas; e a Itália, com média de 35,6 horas semanais. Jornadas reduzidas resultam em melhor saúde mental, maior qualidade de vida e maior eficiência no ambiente de trabalho.

EXTRADIÇÃO

Volta de Zambelli pode sair hoje

Após ter sido adiado quatro vezes, o julgamento que vai decidir sobre a extradição da ex-deputada federal Carla Zambelli (PL-SP), presa em Roma, na Itália, está marcado para hoje. A decisão caberá à Justiça italiana.

Condenada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), Carla teve a extradição pedida após ter deixado o Brasil, o que levou à sua prisão pela polícia italiana. Agora, porém, cabe às autoridades judiciais do país europeu abrir e concluir o procedimento que definirá se a extradição será ou não autorizada, especialmente porque a ex-parlamentar também tem cidadania italiana.

A defesa de Carla Zambelli na Itália afirma ter “boa expectativa” em relação ao desfecho da audiência. Segundo o advogado Fabio Pagnozzi, que a representa no país, o senador italiano Matteo Gelmetti tem atuado junto ao Ministério da Justiça para tentar barrar a extradição, sob o argumento de um suposto desrespeito a garantias processuais no Brasil por parte do ministro Alexandre de Moraes, do STF.

“O senador, do partido da primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni, está cobrando a não extradição ao ministro da Justiça e também criticando a forma como esse processo no Brasil foi julgado por um ministro ‘relator, vítima e acusador’, nas palavras dele”, disse Pagnozzi.

Ainda segundo a defesa, o senador Gelmetti também pediu explicações às autoridades italianas sobre como o deputado Angelo Bonelli, do Partido Verde da Itália, obteve o endereço de Carla em Roma. “Ele pediu esclarecimentos sobre como o endereço dela foi fornecido por um deputado de esquerda, já que ele não teria acesso às investigações da polícia local. Esse cenário muda muito”, disse Pagnozzi.

Em julho do ano passado, Bonelli publicou em seu perfil no X

Lula Marques/EB3



Deputada fugiu após ser condenada por invadir sistemas do CNJ

(antigo Twitter) que havia localizado em Roma a então parlamentar foragida e informado o endereço às autoridades. “Carla Zambelli está em um apartamento, em Roma. Forneci o endereço à polícia; neste momento, a polícia está identificando Zambelli”, escreveu à época.

Bonelli, de 62 anos, é ativista ambiental e, desde 2022, presidente da Aliança Verde-Esquerda, coligação que faz oposição ao governo de Giorgia Meloni.

Carla foi localizada pelo adido da Polícia Federal em Roma, que atua na Embaixada brasileira, em conjunto com autoridades italianas. A prisão ocorreu no mesmo dia da publicação de Bonelli. Desde então, a ex-deputada permanece detida na prisão feminina da Penitenciária de Rebibbia, em Roma.

Duas condenações

No Brasil, Carla foi condenada duas vezes pelo STF. Na primeira ação, recebeu pena de 10 anos de

prisão por invasão de sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e falsidade ideológica, em conluio com o hacker Walter Delgatti Neto. Ele afirmou ter sido contratado por ela para inserir documentos falsos no sistema do Conselho Nacional de Justiça, incluindo um falso mandado de prisão contra o ministro Alexandre de Moraes.

Após essa condenação, ela deixou o Brasil e acabou presa na Itália em operação conjunta da Polícia Federal com autoridades locais.

Na segunda condenação, o STF fixou pena de cinco anos e três meses de prisão, em regime inicial semiaberto, pelos crimes de porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal, com perda do mandato após o trânsito em julgado. Ela se envolveu em uma confusão no dia das eleições de 2022. A ex-parlamentar perseguiu, com arma em punho, um homem negro, que é agredido por outras pessoas. Um tiro é disparado pelo grupo do qual fazia parte a então deputada.